



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED

GIZELE DA COSTA RIBEIRO

**POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E PERMANÊNCIA QUILOMBOLA DE
ESTUDANTES DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

BRAGANÇA-PA
2025

GIZELE DA COSTA RIBEIRO

**POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E PERMANÊNCIA QUILOMBOLA DE
ESTUDANTES DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação, Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará, como critério de obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora Professora Dr^a Ana Paula Vieira e Souza

Coorientadora: Técnica Educacional Dr.^a Simone Bittencourt Braga.

BRAGANÇA-PA

2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Biblioteca Prof. Armando Bordallo da Silva. Bragança, PA / UFPA**

R484p Ribeiro, Gizele da Costa.
Políticas de ações afirmativas e permanência quilombola de estudantes do
Campus Universitário de Bragança da Universidade Federal do Pará / Gizele da
Costa Ribeiro. – 2025.
43 f.

Orientador (a): Prof^ª. Dra. Ana Paula Vieira e Souza
Coorientadora: Prof^ª. Dra. Simone Bittencourt Braga

Trabalho de Conclusão (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal
do Pará, Campus Universitário de Bragança, Faculdade de Educação, Bragança,
2025.

1. Políticas de ações afirmativas. 2. Auxílio permanência. 3. Estudantes
quilombolas. 4. Ensino superior. 5. Universidade Federal do Pará – Bragança-
PA. I. Título.

CDD 23. ed. – 378.3098115

GIZELE DA COSTA RIBEIRO

**POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E PERMANÊNCIA QUILOMBOLA DE
ESTUDANTES DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Educação, Campus Universitário
de Bragança, Universidade Federal do Pará,
como critério de obtenção do título de licenciada
em Pedagogia.

Data: 09/10/2025

Resultado: Excelente

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr^a. Ana Paula Vieira e Souza – Orientadora/UFPA

Assinatura _____

Prof^o Me Deyverson Luener Oliveira Ferreira (FACED/CBRAG/UFPA)

Assinatura _____

Professor Me Francisco Cláudio Araújo Castro da Paz (FACED/CBRAG/UFPA)

Assinatura _____

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso aos meus amados pais José Augusto e Nilde Rosa, que sempre acreditaram em mim e me incentivaram a nunca desistir, bem como a todos que acreditam que a educação é a chave para um mundo melhor.

Aos meus avós Pedro e José (*in memoriam*), a saudade é permanente, mas o conforto vem da certeza de que estariam orgulhosos deste momento.

AGRADECIMENTOS

Externalizo, primeiramente, minha gratidão a Deus. Entreguei a Ele meus medos e ansiedades e hoje tenho a certeza de que, até aqui, Ele me sustentou. Obrigado, Senhor, por me acolher e fortalecer a cada passo. A Deus, toda honra e toda glória.

Agradeço aos meus pais, José Augusto e Nilde Rosa, que nunca mediram esforços para me apoiar ao longo de toda a trajetória da graduação. Com incentivo e amor incondicional, sempre me fortaleceram. Toda conquista alcançada reflete a dedicação e a educação que sempre me proporcionaram, sendo exemplos de caráter e perseverança.

Agradeço também aos meus irmãos, Gustavo e Geovana, que sempre acreditaram em mim. Realizar um sonho muitas vezes exige abrir mão de momentos ao lado das pessoas que amamos, mas concluo que todo esforço e dedicação investidos nesta caminhada e na elaboração deste trabalho valeram a pena, porque vocês nunca deixaram de me apoiar.

Aos meus amigos, especialmente ao meu grupo de amigas, agradeço pelo companheirismo, pelo afeto e pelo apoio que tornaram mais leves os desafios desta jornada acadêmica.

Agradeço à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Ana Paula Vieira, pela condução da pesquisa, pelos diálogos de orientação, confiança e suporte na construção desta pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso.

Agradeço, à minha coorientadora, Técnica Educacional Dr.^a Simone Bitencourt, pelos esclarecimentos e direcionamentos essenciais.

Agradeço à Universidade Federal do Pará pela oportunidade de participar da Bolsa Estágio, que me permitiu desenvolver atividades de atendimento ao público estudantil, proporcionando diversos aprendizados e despertando o desejo de pesquisa que culminou neste trabalho de conclusão de curso. Agradeço à Faculdade de Educação da UFPA (FACED/UFPA) e aos professores que, de forma humana e profissional, fizeram a diferença em minha formação acadêmica.

Por fim, deixo minha eterna gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para que eu chegasse até aqui.

À medida em que o signo do negro, o rosto negro, se fizer presente na vida universitária, assim como em posições sociais e profissões de prestígio onde antes não se inseria, essa presença tornar-se-á habitual e modificará as expectativas da sociedade. A nossa recepção do negro habilitado para exercer profissões de responsabilidade será automática e sem sobressaltos. O nosso olhar se fará mais democrático, mais justo. Não mais pensaremos que o médico negro é um servente do hospital. Nunca mais uma funcionária **de uma companhia aérea** [...] falará em inglês a um Milton Santos, na certeza de que por seu porte digno não poderia ser um negro brasileiro (Laura Segatto, 2024, p. 73)

RESUMO

O Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia é resultado da pesquisa sobre as ações afirmativas e a permanência de estudantes quilombolas no Campus Universitário de Bragança da Universidade Federal do Pará. O objetivo principal foi analisar, a partir das experiências de discentes quilombolas, de que forma as políticas contribuíram para a permanência nos cursos de graduação, considerando os desafios e possibilidades enfrentados ao longo da trajetória acadêmica, na perspectiva da Pedagogia inclusiva e da equidade racial. O método utilizado constituiu na abordagem qualitativa, fundamentada na revisão bibliográfica e nas entrevistas semiestruturadas aplicadas a estudantes quilombolas dos cursos de licenciatura em Pedagogia, Letras Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Naturais. Essa pesquisa é relevante conforme amplia discussões da temática sobre a Pedagogia inclusiva e as ações afirmativas, apresentando as especificidades do contexto amazônico e da realidade do Campus universitário de Bragança, além de contribuir para a democratização do Ensino Superior e a promoção da equidade racial. Os resultados da pesquisa apontam que os estudantes quilombolas percebem o ingresso na Universidade Federal do Pará como uma conquista pessoal e coletiva, mas enfrentam múltiplos desafios como barreiras econômicas, deslocamento geográfico, defasagens na formação básica, exigências acadêmicas da universidade, responsabilidades familiares, gênero e maternidade, fatores que interferem diretamente na adaptação ao ensino superior e no risco de evasão. Conclui-se que a efetiva democratização do ensino superior exige uma articulação entre políticas de acesso, assistência estudantil e estratégias pedagógicas inclusivas, que considerem as desigualdades históricas e as demandas específicas dos quilombolas.

Palavras-chave. Políticas de ações afirmativas. Auxílio permanência. Discentes quilombolas. Ensino Superior. UFPA. Amazônia paraense.

ABSTRACT

This Undergraduate Thesis in Pedagogy results from research on affirmative action policies and the permanence of quilombola students at the Bragança Campus of the Federal University of Pará. The main objective was to analyze, based on the experiences of quilombola students, how these policies have contributed to their permanence in undergraduate courses, considering the challenges and possibilities faced throughout their academic trajectories, within the perspective of inclusive Pedagogy and racial equity. The research was conducted through a qualitative approach, grounded in bibliographic review and semi-structured interviews with quilombola students enrolled in the undergraduate programs of Pedagogy, Portuguese Language and Literature, Mathematics, and Natural Sciences. This study is relevant as it broadens discussions on inclusive pedagogy and affirmative action policies, highlighting the specificities of the Amazonian context and the reality of the Bragança campus, while also contributing to the democratization of Higher Education and the promotion of racial equity. The findings indicate that quilombola students perceive access to the Federal University of Pará as both a personal and collective achievement, yet they face multiple challenges such as economic barriers, geographic displacement, gaps in basic education, academic demands, family responsibilities, gender issues, and motherhood, which directly affect their adaptation to higher education and increase the risk of dropout. The study concludes that the effective democratization of higher education requires articulation between access policies, student assistance, and inclusive pedagogical strategies that take into account historical inequalities and the specific demands of quilombola students.

Key words: Affirmative action policies. Permanence aid. Quilombola students. Higher Education. UFPA. Amazon region of Pará.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA	12
2.1 Tipo de pesquisa	12
2.2 Perfil dos participantes da pesquisa	13
2.3 Lócus e procedimentos de realização da pesquisa	14
2.4 Coleta de dados	15
2.5 Análise das categorias, discussões e resultados	16
3 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E PERMANÊNCIA QUILOMBOLA: DESAFIOS E EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA DA UFPA	17
3.1 Contextualização dos estudantes quilombolas	20
3.2 Estudantes quilombolas e as dificuldades enfrentadas no Curso	22
3.3 Condições de permanência de estudantes quilombolas na UFPA	24
3.4 Impacto das políticas de ações afirmativas	27
3.5 Lacunas e necessidades de aprimoramento das políticas de ações afirmativas (PBP/MEC) ..	28
4 CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS	35
ANEXOS	38

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa versa a respeito das **políticas de ações afirmativas e permanência quilombola** buscando analisar as experiências de discentes do Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará, sobretudo, o de investigar os desafios e possibilidades de cursar o Ensino Superior em uma Instituição de grande relevância para a produção da ciência na Pan Amazônia. Dentre as Políticas e Ações de Assistência Estudantil, o Campus de Bragança atende estudantes quilombolas com bolsas de estudo, auxílios moradia, auxílio permanência e apoio pedagógico.

A Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil (PROAES) da UFPA é responsável por propor, acompanhar e avaliar a política de assistência, integração, inclusão, acessibilidade e permanência das (os) discentes da instituição, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Desse modo, o órgão define políticas e elabora metas para a Assistência Estudantil, em consonância com as diretrizes nacionais, com a função de coordenar, acompanhar e avaliar atividades referentes às políticas de assistência, integração e inclusão das (os) discentes, em articulação com as unidades acadêmicas, com foco principal na permanência das (os) discentes para a conclusão do Ensino Superior (UFPA, 2024).

Historicamente o acesso ao Ensino Superior no Brasil foi limitado aos grupos privilegiados, uma pequena parcela da burguesia, que contribuiu para reprodução da desigualdade educacional, social e econômica da população negra e indígenas, pois são estruturas que afetam, sobretudo, populações negras, indígenas e quilombolas na contemporaneidade.

A falta de políticas estruturais visando a política da equidade racial em se criar oportunidades de acesso considerando as diferenças e particularidades de garantir que todas às pessoas acessem os mesmos direitos, ainda que seja de forma distinta. Para isso, deve-se respeitar as necessidades singulares de cada grupo social e não tratar as diferenças de forma igual. Nesse contexto, que o movimento negro exigiu reparações históricas, todavia, somente no início do século XXI, que o governo brasileiro aprovou a Lei 10.639/2003, exigindo a obrigatoriedade da inclusão do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo das Instituições de Ensino (públicas e privadas).

A aprovação da Lei nº 10.639/2003 é um marco na história da democratização das políticas de ações afirmativas e da luta do movimento negro no reconhecimento e na

valorização da identidade racial, sobretudo, no combate ao racismo no Brasil, na promoção de uma Educação antirracista (Brasil, 2003), que deu continuidade da luta por outras pautas.

Assim, a Universidade de Brasília em 2003, foi a primeira Instituição federal que ofertou vagas no vestibular pelo sistema de cotas raciais (Carvalho, 2005). No Brasil, tardiamente, instituiu as políticas de ações afirmativas pela Lei de Cotas, nº 12.711/2012, visando garantir reserva de vagas em Instituições Federais para estudantes de escolas públicas e pessoas de baixa renda, bem como, para a população negra, indígena e pessoas com deficiência.

As políticas de ações afirmativas aparecem como instrumentos indispensáveis para promover a equidade no ingresso e na permanência de estudantes pertencentes aos grupos historicamente negados e na garantia dos direitos de acesso ao Ensino Superior. Assim, Munanga (2003), defende que as políticas de ações afirmativas são fundamentais para reparar as desigualdades sociais históricas e promover a equidade racial no Brasil.

As políticas de ações afirmativas, portanto, são um conjunto de políticas públicas sociais desenvolvidas para combater a discriminação étnico-racial, raça, gênero e classe. “As políticas de ação afirmativa implementadas no Brasil marcam a história da luta antirracista, assim como continuam sendo extremamente necessárias para redução e eliminação das desigualdades sociais e econômicas geradas pela relação entre racismo e capitalismo [...]” (Pereira, 2024, p. 23).

A Lei de Cotas nº 12.711/2012 deve garantir o acesso à educação, emprego, saúde, moradia entre outros direitos fundamentais da cidadania. Essas políticas visam promover o ingresso e a permanência na educação de pessoas pretas e pardas, indígenas e pessoas economicamente desfavoráveis (Gaspar; Barbosa, 2013). Nesse sentido, as universidades federais do Brasil tornam-se um espaço estratégico na promoção da justiça social ao instituir as políticas educacionais inclusivas que são ações fundamentais para reconfigurar e implementar a educação para as Relações Étnico-Raciais no país (Brasil, 2012).

O Brasil ao promulgar a Lei de Cotas nº 12.711/2012, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2023), ampliou o número de ingressos de pessoas pretas e pardas no Ensino Superior, que era de 40.661 estudantes em cursos de Graduação por ano, e, com as políticas de ações afirmativa esse quantitativo cresceu em 2022 para 108.616 pessoas ingressantes pela política educacional de cotas.

A Universidade Federal do Pará (UFPA), fundada em 1957 e organizada pela política multicampi, está presente em sete das doze Regiões de Integração do Estado Pará,

considerada a maior universidade da Região Norte, e assume o princípio de democratizar o acesso ao Ensino Superior na Amazônia. Com sede em Belém e 12 campi distribuídos pelo território paraense, a UFPA oferece 157 cursos de graduação e atende a mais de 50 mil estudantes (UFPA, 2024).

A Universidade Federal do Pará, no Brasil, aprovou o sistema de cotas raciais por meio da Resolução 3361/2005, oportunizando o ingresso de pessoas pretas e pardas pelas políticas afirmativas (UFPA, 2024). Essa ação reflete o compromisso com a redução das desigualdades históricas de acesso à educação, especialmente entre populações socialmente vulneráveis, incluindo comunidades quilombolas e indígenas.

O Centro de Processos Seletivos da UFPA (CEPS), entre 2022 e 2024, aponta que mais de 1.303 estudantes quilombolas ingressaram na Graduação da UFPA por meio do Processo Seletivo Especial para Indígenas e Quilombolas (PSE I/Q), (UFPA/CEPS,2024).

Dentro do contexto de expansão e interiorização da Universidade Federal do Pará (UFPA), foi criado o Campus Universitário de Bragança (CBRAG), que se destaca como um importante espaço de ensino, pesquisa e extensão na Região do Caeté. O CBRAG é organizado em subunidades que são as faculdades, Programas de Pós-Graduação e um Instituto, oferta Cursos de Licenciaturas Pedagogia, História, Letras Português, Matemática e Língua Estrangeiras, o Instituto Costeiro oferta cursos de Bacharelado em Engenharia de Pesca e Licenciaturas em Ciências Biológicas, Ciências Naturais. O CBRAG oferta Programas de Pós-Graduação, como o Programa em Linguagens e Saberes na Amazônia (mestrado), Pós-Graduação Profissional em Matemática (mestrado) e Programa de Pós-Graduação em Socioambiental (mestrado e doutorado).

O CBRAG possibilita o ingresso em cursos de graduação por meio de Processo Seletivo Especial destinado a Indígenas e Quilombolas, em conformidade com as Políticas de Ações Afirmativas. No Campus Universitário de Bragança estão matriculados 84 estudantes quilombolas de diversas comunidades da Região do Caeté. Apesar das diversas oportunidades de acesso ao Ensino Superior da UFPA, a permanência e a conclusão plena de estudantes quilombolas, ainda é atravessada por dificuldades e desafios, mas conta com possibilidades significativas de formação profissional, sobretudo, para a Região Nordeste do Pará.

Assim, destaco a relevância social desta pesquisa que está vinculada à necessidade de resguardar direitos historicamente negados à população quilombola, especialmente no campo educacional. Por se tratar da inclusão de políticas de ações afirmativas que exige do Estado brasileiro maior investimento para a área da Educação e valorização de Escolas em contextos quilombolas, ainda que o país tenha avançado nas questões de uma educação inclusiva e da

diferença, todavia é preciso olhar para as assimetrias dos campi na estrutura da Universidade Federal do Pará em atender demandas dos estudantes quilombolas, referentes ao apoio pedagógico, psicológico e social, pois existe no contexto educacional do CBRAG ausência de profissionais da área de Psicologia e Assistência Social.

Destaco, que o meu interesse em pesquisar as Políticas de Ações Afirmativas está relacionada ao ser bolsista trabalho no período entre 2022 e 2024, na Divisão de Assistência Estudantil do Campus Universitário de Bragança, que é vinculada a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Pará. Na DAEST fui responsável pelo atendimento de estudantes do CBRAG visando sanar dúvidas referentes aos auxílios ofertados e ajudar esclarecer dúvidas sobre documentos no ato das inscrições do SIGAEST.

Em relação ao atendimento voltado para estudantes quilombolas, sobretudo, referente ao cadastro da Bolsa Permanência (PBP/MEC), em que era permitido colaborar com essa inscrição devido às exigências de se preencher informações pessoais, da família e anexar comprovantes de cada ação. Todavia, não significa na DAEST, que os demais estudantes não foram atendidos, mas o atendimento mais próximo é direcionado para discentes em situação de vulnerabilidade social e os que ingressaram na UFPA por meio do Processo Seletivo Especial.

Adicionalmente, está pesquisa apresenta relevância científica ao contribuir para o entendimento das experiências de estudantes quilombolas no Ensino Superior do Campus Universitário de Bragança, ao se analisar a forma como percebem e vivenciam as políticas de ações afirmativas e os programas de apoio institucional. Dessa forma, a pesquisa oferece perspectivas raramente exploradas sobre os fatores que influenciam a permanência desses estudantes, enriquecendo o debate acadêmico na área da Educação sob a perspectiva inclusiva e da equidade racial, assim contribui para a construção de uma UFPA mais democrática, inclusiva e acessível à diversidade e diferença étnico-racial existente na Região bragantina.

Assim, dentro da perspectiva de apoio social e financeiro oferecido aos/as estudantes quilombolas por meio de políticas de ações afirmativas, como bolsas de estudo, auxílios moradia e permanência, e apoio pedagógico — destaca-se a necessidade de investigar: como as políticas de ações afirmativas contribuem para a permanência de estudantes quilombolas do Campus Universitário de Bragança e quais são os desafios e possibilidades de permanência nos Cursos de Graduação?

O objetivo foi analisar, com base nas falas de estudantes quilombolas, se as Políticas de Ações Afirmativas e de permanência da UFPA contribuem efetivamente para a sua continuidade nos Cursos de Graduação ofertados pela Universidade Federal do Pará. Para

responder ao problema investigado apresento os objetivos específicos, em que busco compreender as dificuldades enfrentadas após o ingresso no Curso de Graduação, a permanência na Universidade Federal do Pará; analisar nas falas de estudantes quilombolas a forma como percebem a efetividade das Políticas de Ações Afirmativas na permanência do Curso de Graduação; investigar os desafios e possibilidades vivenciadas ao longo da trajetória acadêmica no Campus Universitário de Bragança para a sua permanência e conclusão do Curso de Graduação.

Para que os (as) leitores compreendam a pesquisa, fez-se importante organizar os textos em seção. Nesta primeira seção apresenta-se o tema de estudo contextualizando a sua historicidade, as motivações, o problema de pesquisa e objetivos.

Na seção 2, é apresentado o método de abordagem, a coleta dos dados, o instrumento usado na técnica da entrevista, os sujeitos colaboradores da pesquisa e a organização com base na análise do conteúdo.

Na seção 3, apresenta-se os resultados, as inferências e a interpretação dos dados em diálogo com a teoria.

E, por fim, a conclusão da pesquisa, revendo os objetivos alcançados.

2 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Esta seção descreve os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, de caráter qualitativo, exploratório e descritivo. O estudo foi realizado no Campus Universitário de Bragança da UFPA, com quatro estudantes quilombolas regularmente matriculados. A coleta de dados ocorreu em agosto de 2025, por meio de entrevistas semiestruturadas individuais, organizadas em três eixos: trajetória após o acesso à universidade, condições de permanência e percepções sobre o suporte institucional. As falas foram gravadas, transcritas integralmente e analisadas pela técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), que possibilitou a categorização e interpretação crítica das experiências relatadas.

2.1 Tipo de pesquisa

O presente estudo adotou o método qualitativo, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvido a partir da pesquisa de campo. A escolha dessa abordagem fundamenta-se na compreensão de que os fenômenos sociais, especialmente aqueles relacionados às experiências educacionais de estudantes quilombolas, não podem ser plenamente captados por meio de instrumentos quantitativos, mas exigem a valorização das narrativas, sentidos e significados atribuídos pelos próprios sujeitos às suas vivências.

Segundo Minayo (2012), a pesquisa qualitativa requer do pesquisador uma postura empática e relacional, que possibilite a construção de vínculos e a produção de narrativas a partir da interação direta com os participantes. Nessa mesma direção, Bogdan e Biklen (1994) afirmam que tal perspectiva permite compreender os significados que os sujeitos atribuem às suas experiências e práticas. Assim, essa opção metodológica possibilitou compreender os desafios e estratégias de permanência dos estudantes quilombolas na universidade em sua complexidade, indo além da mera descrição numérica de dados.

Do ponto de vista operacional, a pesquisa foi estruturada em três etapas principais: (I) planejamento, com definição dos objetivos, seleção dos participantes e elaboração do roteiro de entrevistas; (II) coleta de dados, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas individuais, conduzidas em ambiente previamente acordado entre pesquisador e estudantes; e (III) análise dos dados, realizada pela técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), que permitiu a identificação de categorias temáticas relacionadas aos objetivos da investigação.

Trata-se, portanto, de uma investigação que buscou, em vez de generalizações, uma análise em profundidade das experiências relatadas pelos participantes, valorizando suas

vozes e trajetórias. Embora o número de participantes seja reduzido, essa escolha se justifica pela especificidade do público-alvo e pelo propósito do estudo, que busca compreender em profundidade as experiências e percepções relacionadas à permanência no ensino superior. Reconhece-se, contudo, que essa delimitação configura uma limitação da pesquisa, na medida em que os resultados não podem ser generalizados para todos os estudantes quilombolas da instituição. Todavia, tal limitação não compromete a validade do estudo, pois os dados obtidos oferecem subsídios significativos para a análise crítica do tema e poderão contribuir como base para investigações futuras de maior alcance.

2.2 Perfil dos participantes da pesquisa

A pesquisa contou com quatro estudantes quilombolas regularmente matriculados no Campus Universitário de Bragança da UFPA. Para garantir o sigilo e a proteção da identidade, cada participante foi identificado por um código alfanumérico (E1, E2, E3, E4) e idade. Esses códigos foram utilizados em todas as análises e citações das falas, preservando a confidencialidade dos discentes ao mesmo tempo em que possibilitam a apresentação das informações coletadas.

Foram definidos três critérios de inclusão: (I) ser estudante quilombola autodeclarado; (II) estar regularmente matriculado há, no mínimo, dois semestres em um dos cursos de graduação da UFPA/Bragança; e (III) demonstrar disponibilidade e interesse em participar voluntariamente da investigação.

O contato com os participantes ocorreu por meio dos atendimentos realizados na Divisão de Assistência Estudantil (DAEST), setor em que atuei como bolsista. Durante esses atendimentos, tive a oportunidade de conhecer alguns estudantes quilombolas, compreender suas demandas e estabelecer um vínculo de confiança. A partir desse contato, e já tendo conhecimento de que se tratavam de discentes quilombolas, apresentei a proposta da pesquisa e os convidei a participar voluntariamente, esclarecendo os objetivos e garantindo o cumprimento dos princípios éticos de confidencialidade e consentimento informado.

Após esclarecimento dos critérios de inclusão, quatro estudantes quilombolas aceitaram contribuir com o estudo. O participante E1 cursa Licenciatura em Matemática, 6º semestre, e é originário da comunidade Torres, em Tracuateua. E2 cursa Letras – Português, 4º semestre, também da comunidade Torres. E3 está no 5º semestre de Pedagogia, proveniente da comunidade Campo Novo, em Tracuateua. Por fim, E4 cursa Ciências Naturais, 5º semestre, da comunidade Jacarequara, em Santa Luzia do Pará. Todos possuem vínculo

mínimo de dois semestres com a universidade e participaram voluntariamente, consentindo com os procedimentos éticos da pesquisa.

Quadro 1 - Perfil dos estudantes quilombolas

Código	Curso	Semestre	Comunidade quilombola	Gênero	Idade
E1	Licenciatura em Matemática	6°	Torres (Tracuateua)	Masculino	22
E2	Licenciatura em Letras Português	4°	Torres (Tracuateua)	Feminino	22
E3	Licenciatura em Pedagogia	5°	Campo Novo (Tracuateua)	Feminino	21
E4	Licenciatura em Ciências Naturais	5°	Jacarequara (Santa Luzia do Pará)	Feminino	26

Fonte: (Gizele Ribeiro), 2025.

Todos os participantes são moradores de comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares e ingressaram no Ensino Superior por meio do Processo Seletivo Especial para Indígenas e Quilombolas (PSE). Ademais, os estudantes são assistidos pelo Programa Bolsa Permanência (PBP/MEC), o que contribui para a manutenção de sua trajetória acadêmica.

2.3 Lócus e procedimentos de realização da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Campus Universitário de Bragança da Universidade Federal do Pará (UFPA), instituição localizada na região nordeste do Estado do Pará e marcada pela diversidade cultural e social de seu corpo discente. O estudo concentrou-se em estudantes quilombolas regularmente matriculados há pelo menos dois semestres nos cursos de Licenciatura em Pedagogia, Ciências Naturais, Matemática e Letras Língua Portuguesa, tendo em vista a representatividade e a diversidade de experiências que esses cursos oferecem no contexto acadêmico.

O processo investigativo iniciou-se com o mapeamento de estudantes autodeclarados quilombolas vinculados a comunidades da região, em especial Torres e Campo Novomunicípios da cidade Tracuateua) e Jacarequara (município da cidade de Santa Luzia do Pará). Em seguida, foi realizado contato individual com potenciais participantes, no qual foram apresentados os objetivos da pesquisa, os critérios de participação e os aspectos éticos envolvidos. Os estudantes participantes consentiram em participar de forma voluntária,

mediante aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Garantiu-se o anonimato e o sigilo das informações compartilhadas, conforme os princípios éticos da pesquisa com seres humanos.

A pesquisa desenvolveu-se no segundo semestre de 2025, mais especificamente no mês de agosto, período em que foram realizadas as entrevistas individuais. Durante a coleta de dados, buscou-se assegurar um ambiente de diálogo e acolhimento, garantindo aos estudantes liberdade para expressar suas experiências de forma espontânea.

2.4 Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas individuais. Inicialmente, os estudantes quilombolas foram convidados pessoalmente e informados sobre os objetivos e a dinâmica da pesquisa, momento em que também receberam esclarecimentos sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As entrevistas foram realizadas em espaços de socialização do Campus de Bragança, previamente escolhidos de forma conjunta entre pesquisador e participante, de modo a garantir conforto, privacidade e liberdade de expressão. Antes do início, houve um breve momento de acolhida, explicando a proposta da entrevista e reforçando que não havia respostas certas ou erradas, apenas relatos de suas próprias experiências.

O instrumento utilizado foi um roteiro com perguntas abertas, organizado em três eixos principais: (I) trajetória acadêmica após o ingresso na universidade; (II) condições de permanência no ensino superior; e (III) percepções sobre o suporte institucional. Durante a entrevista, os participantes tiveram liberdade para ampliar suas falas além das questões propostas, o que favoreceu a espontaneidade e o aprofundamento das narrativas.

Com o consentimento dos entrevistados, as falas foram registradas em gravação de áudio, a fim de assegurar maior fidelidade ao discurso. Posteriormente, os áudios foram transcritos na íntegra, preservando as expressões originais dos participantes. O processo de transcrição permitiu o contato minucioso com o material e facilitou a posterior organização dos dados para análise.

Cada entrevista teve duração média de 10 a 15 minutos, sendo finalizada apenas quando o participante considerava que havia exposto todos os aspectos que julgava importantes. Ao término, foi feito um breve resumo das falas para que o próprio estudante pudesse confirmar ou complementar as informações apresentadas, garantindo a fidedignidade dos dados.

2.5 Análise das categorias, discussões e resultados

No que se refere ao tratamento dos dados, optou-se pela análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). O processo analítico seguiu três etapas principais: (I) pré-análise, envolvendo leitura flutuante, organização do material e constituição do corpus; (II) exploração do material, com codificação das falas e identificação de núcleos de sentido; e (III) tratamento dos resultados, inferência e interpretação, em diálogo com o referencial teórico adotado.

A partir desse procedimento, foram definidas quatro categorias temáticas que estruturaram a análise:

1. Estudantes quilombolas e as dificuldades enfrentadas no Curso;
2. Condições de permanência de estudantes quilombolas na UFPA;
3. Impacto das políticas de ações afirmativas;
4. Lacunas e necessidades de aprimoramento das políticas de ações afirmativas (PBP/MEC).

Essas categorias emergiram do cruzamento entre os objetivos da pesquisa e os elementos recorrentes nas falas dos estudantes, servindo como eixo condutor da discussão e possibilitando uma análise crítica das experiências relatadas.

3 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E PERMANÊNCIA QUILOMBOLA: DESAFIOS E EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA DA UFPA

Nesta seção apresento os resultados e as discussões da pesquisa, organizados em categorias. O roteiro continha questões organizadas em três eixos: trajetória após o acesso à universidade, permanência e suporte institucional.

A análise das falas permitiu identificar grandes eixos como dificuldades: condições financeiras, defasagem da formação básica e desafios pessoais e familiares, que são agrupados em outras categorias e analisadas nesta seção.

Considerando, a temática principal deste Trabalho de Conclusão de Curso, que são as Políticas de Ações Afirmativas, assim apresenta-se o contexto histórico dessa política que fundamentam as análises das categorias analíticas discutidas ao longo desta seção.

As Políticas de Ações Afirmativa de acordo Moehlecke (2002) para além de acesso de estudantes negros (as) é uma forma do Estado brasileiro reparar e corrigir a ausência de políticas após quase quatrocentos do sistema do trabalho forçado, gerando as desigualdades históricas e estruturais, econômica e educacional, que não incluiu a população negra. Todavia, as Ações Afirmativa visam promover aos grupos étnicos negros, indígenas e quilombolas a garantia dos direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal, como dignidade humana, direito à educação, direitos humanos, direito a saúde e moradia, bem como, outras garantias de acesso a cultura e da valorização da sua identidade ancestral.

As Políticas de Ações Afirmativas de acordo com Munanga (2003) é no campo educacional que elas se tornam estratégicas, especialmente, quando relacionadas ao acesso e permanência de grupos étnico-raciais no contexto do Ensino Superior, que foi negado historicamente à população negra. Para Munanga, a sociedade de classe e racista buscou apagar a presença da população negra no processo de ascensão, pertencimento e na formação do Estado brasileiro dos processos de ascensão e pertencimento.

Para Gomes (2005, p. 46) é nesse campo de embates e defesa do movimento negro em exigir do Governo brasileiro políticas públicas de reparação da população negra, que se insere essa complexa ideologia do racismo, que estrutura a sociedade de classes, privilegiando um grupo em ascender na estrutura. O racismo se sustenta em uma contradição permanente e na luta de classes – “A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial, [...] as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são

discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país”.

Nessa perspectiva, as ações afirmativas emergem como medidas de enfrentamento a injustiças históricas que, no caso da população quilombola, ainda se projetam na contemporaneidade, traduzindo-se em limitações de acesso ao ensino superior e na reprodução de desigualdades sociais e econômicas. Assim, elas representam um compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, diversificada e inclusiva. Contudo, apesar de seu caráter indispensável, essas políticas ainda enfrentam o desafio de superar mecanismos persistentes de exclusão, que mantêm os quilombolas em posição de vulnerabilidade dentro e fora da universidade.

Na década de 1980, o deputado Abdias Nascimento apresentou o Projeto de Lei nº 1.332/1983, que previa cotas no serviço público, bolsas de estudo e incentivos a empresas, também sem aprovação. Ainda nesse período, houve importantes avanços simbólicos, como a declaração da Serra da Barriga como patrimônio histórico (1984) e a criação da Fundação Cultural Palmares (1988). A Constituição de 1988 consolidou a igualdade ao reservar cargos públicos para as pessoas com deficiência. Na década de 1990 foi registrado o maior avanço em 1995, com a Lei eleitoral, que estabeleceu cotas de gênero para candidaturas partidárias, e, a Marcha Zumbi impulsionou ações contra o Racismo ao criar o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, que inclui incentivos fiscais, monitoramento de dados e a instalação de órgãos específicos para promoção da igualdade (Moehlecke, 2002).

[...] o marco inicial da efetiva adoção de políticas de ação afirmativa para negros nas universidades públicas se deu simultaneamente no sistema de universidades estaduais do Estado do Rio de Janeiro (UERJ e UENF) e na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), cuja política foi instituída por meio da Deliberação 196/2002 do Conselho Universitário. Outras leis estaduais e resoluções de conselhos universitários foram responsáveis pela adoção de ações afirmativas em universidades estaduais de todo o país. Entre 2002 e 2007 foram de fato as estaduais que mais adotaram ações afirmativas [...] (Feres Júnior et al, 2002, p.80 a 81).

Esse sistema foi posteriormente ampliado para contemplar a Cota Renda e a Cota PcD, consolidando-se com a Lei nº 12.711/2012 e a Lei nº 13.409/2016. Em 2019, a UFPA passou a oferecer uma vaga adicional em cada curso para pessoas com deficiência e, paralelamente, desenvolveu o Processo Seletivo Especial para Indígenas e Quilombolas (PSE I/Q), garantindo acesso a estudantes de comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade socioeconômica (UFPA, 2024).

Quando não refletimos seriamente sobre essa situação e, quando a sociedade não constrói formas, ações e políticas na tentativa de criar oportunidades iguais para negros e brancos, entre outros grupos raciais, nos mais diversos setores, estamos contribuindo para a reprodução do racismo (Gomes, 2005, p.49).

Essa constatação reforça a necessidade das políticas de ações afirmativas, que surgem justamente como instrumento de enfrentamento ao racismo estrutural de correção de desigualdades históricas, sobretudo no acesso à permanência da população negra e quilombola no Ensino Superior. Todavia, é importante destacar que as Políticas de Ações Afirmativas permanecem como o principal instrumento de acesso da população negra às universidades e ao mercado de trabalho, evidenciando sua relevância para a transformação da realidade social brasileira.

Além do respaldo histórico, as políticas de ações afirmativas também possuem fundamento legal, contando com amparo jurídico que assegura sua execução e legitimidade no sistema educacional brasileiro. A Constituição Federal de 1988 garante a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (Art. 206, I). Já a Lei nº 12.711/2012 institui o sistema de cotas no ensino superior público, representando um importante marco legal na democratização do ensino.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi criado pela Portaria MEC nº 39/2007 (BRASIL, 2007) e regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010), com o objetivo de democratizar o acesso e garantir a permanência de estudantes de baixa renda em cursos de graduação presenciais nas instituições federais. Em 2024, a promulgação da Lei nº 14.914/2024 (BRASIL, 2024) transformou o PNAES em uma política nacional permanente, ampliando seu alcance e consolidando sua base legal.

Entre os programas vinculados à PNAES está o Programa Bolsa Permanência (PBP), instituído pela Portaria MEC nº 389/2013 e a Portaria MEC nº 1.999/2023, cujo objetivo é reduzir desigualdades sociais e étnico-raciais e assegurar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade, especialmente indígenas e quilombolas. Em 2025 o valor da bolsa para indígenas e quilombolas é de R\$1.400,00 mensais (BRASIL, 2025, n.p.).

O PNAES representa uma das principais políticas de amparo aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, oferecendo apoio nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico, com o objetivo de possibilitar a conclusão da formação acadêmica com dignidade, equidade e permanência (BRASIL, 2024).

No contexto da UFPA/Bragança, a universidade, por meio da Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil (PROAES), em conformidade com o PNAES, publica editais de Auxílio Permanência e Moradia, contemplando estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, incluindo indígenas, quilombolas e populações tradicionais. Paralelamente, a instituição também executa a Bolsa Permanência do MEC (PBP), destinada exclusivamente a discentes indígenas e quilombolas (UFPA, 2025).

O PNAES é fundamental para a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na UFPA, oferecendo suporte financeiro, acadêmico e social que contribui para reduzir os riscos de evasão. Nesse contexto, a universidade, por meio da Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil (PROAES), regulamenta editais de Auxílio Permanência e Moradia, incluindo a Seleção Pública para Concessão de Auxílio Moradia para Indígenas, Quilombolas e Populações Tradicionais (Edital nº 10/2025/PROAES/UFPA), que estabelece critérios e condições para a concessão do benefício em conformidade com o PNAES (UFPA, 2025).

[...] destina-se a selecionar discentes de cursos de graduação da UFPA, modalidade extensiva (regular) e intensiva (intervalar), em situação de vulnerabilidade socioeconômica cursando, prioritariamente, a primeira graduação e que não possuam condições de arcar com custeio parcial ou integral de despesas com alimentação, transporte, material didático e moradia, como forma de promover o apoio à permanência do (a) discente durante o tempo regular do seu curso até a integralização (UFPA, 2025, Art. 1º).

Desta forma, por meio do PROAES e do PNAES, são executadas essas políticas de ações afirmativas que garantem que esses estudantes tenham acesso a estas modalidades de assistência estudantil, favorecendo a conclusão do curso e promovendo maior equidade educacional (UFPA, 2025).

3.1 Contextualização dos estudantes quilombolas

Para falar dos estudantes quilombolas, faz-se importante apresentar a concepção histórica de quilombo como território de saberes ancestrais e culturais, um espaço político de poder e com modos de vida contra o capital.

O quilombo como comunidade organizada é fruto do contexto histórico da opressão e de lutas como formas de resistência da população negra, que tem vivenciado o racismo. A Constituição Federal de 1988, reconhece as comunidades quilombolas e garante a propriedade definitiva e os títulos de propriedade. O Decreto nº 4.887/2003, reconhece o quilombo como

comunidades e como grupos étnico-raciais, com trajetória histórica da ancestralidade negra e das muitas lutas de resistência à opressão histórica do sistema escravista (Brasil, 1988).

Nascimento (2019, p. 87), a criação de quilombos no contexto do Estado brasileiro sempre foi uma alternativa para os modos de vida coletivos da população negra originária da diáspora do Continente África, foi uma dessas formas de enfrentamento e ruptura com a estrutura escravocrata. Essas comunidades, formadas por homens e mulheres negras apoiaram pessoas vítimas do sistema cruel escravista, todavia, o quilombo representa a luta por liberdade e o trabalho em oposição ao sistema capitalista.

De acordo com Moura (2004, p. 334), o quilombo ou a quilombagem foi primeiro movimento negro organizado, pois a população lutou e enfrentou o sistema escravocrata, portanto, é definido como um “Movimento de mudança social provocado”, essa forma de lutar de homens e mulheres negras provocou o “desgaste significativo ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis – econômico, social e militar – e influenciou poderosamente para que esse tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre”.

Os quilombos como comunidades simbolizam uma forma de resistência social, política e cultural contra a cultura da branquidade, pois de acordo com Gomes (1995), a população negra sempre teve uma forma própria de organização, que afeta diretamente o sistema produtivo dos senhores escravagistas. O movimento negro no Brasil historicamente corresponde a um conjunto de ações políticas organizadas pela população negra com a colaboração de aliados não negros, lutando contra o racismo e por direitos voltados ao combate da discriminação racial.

Para Amador de Deus (2020, p. 91), o quilombo como espaço político de resistência e possibilidades de outra forma de vida tem relação com o poder “[...] ancestral de luta e resistência de Zumbi dos Palmares, líder do maior território quilombola de resistência da população negra que existiu no século XVII”. Para a autora o movimento negro considera o Zumbi no sentido de liberdade, mas não só ele, mulheres como Dandara e Maria Felipa são apontadas como líderes das conquistas da organização quilombola.

De acordo com o documento O Brasil Quilombola, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Censo Demográfico 2022 a população quilombola residente no Brasil totalizou 1.330.186 indivíduos (0,66% da população), distribuídos em 1.700 municípios, 24 estados e o Distrito Federal (IBGE, 2024).

Na Região Norte, o Censo Demográfico de 2022 registrou um contingente de 167.311 pessoas que se autodeclararam quilombolas, o que corresponde a 12,58% do total nacional.

No recorte das Unidades da Federação, o estado do Pará concentrou 135.603 desses indivíduos, distribuídos em 67 municípios, posicionando-se como a terceira unidade federativa com maior população quilombola do país (IBGE, 2024). De acordo com o Instituto de Terras do Pará (ITERPA, 2022), foram contabilizadas 125 áreas tradicionalmente ocupadas por remanescentes de quilombos no Estado do Pará, das quais 62 haviam sido efetivamente tituladas pelo órgão.

3.2 Estudantes quilombolas e as dificuldades enfrentadas no Curso

Os (as) estudantes quilombolas foram indagados a respeito da sua trajetória nos Cursos de Graduação. As falas apontam que os (as) discentes quilombolas consideram acessar a Universidade Federal do Pará como uma conquista muito importante em suas vidas pessoais e coletiva das suas comunidades.

Todavia, o acesso aos Cursos da UFPA é acompanhado por diversos desafios que retratam desigualdades estruturais existentes na escolarização de cada estudante, do mesmo modo, as questões econômicas, o afastamento social de suas famílias e aponta, fragilidades na escolarização da Educação Básica, que para muitos está distante da linguagem acadêmica da Universidade.

Essa linguagem acadêmico-científica do Ensino Superior tem sido destacada nas falas de estudantes do Campus de Bragança, bem como as questões financeiras que aparecem na fala do participante E1, quando foi perguntado sobre o acesso no Curso de Graduação, para esse discente o maior desafio está relacionado aos gastos com transporte e adaptação à rotina universitária, pois essas situações geram obstáculos à permanência no Curso.

Tive muitos gastos com transporte e no começo foi muito difícil porque as disciplinas eram muito pesadas, foi muito diferente do que eu pensava, sobre como era no Ensino Médio em comparação com a universidade (E1, 22 anos, 2025).

Esse relato revela a necessidade de aprimoramento das políticas de apoio estudantil quando não alcançam as necessidades iniciais básicas dos estudantes, já que o deslocamento e dificuldade de adaptação acadêmica representam barreiras significativas ao desempenho e continuidade do curso.

A defasagem da formação básica também aparece de forma recorrente nos relatos, como expõe os participantes E2 e E3:

No primeiro e segundo semestre eu tive grande dificuldade porque eu vim de uma escola que não me permitiu acessar certos conteúdos que hoje eu encontro na faculdade, eu tive que me adaptar, tive que estudar fora a parte [...] Tem muitas coisas que o curso exige e que eu nunca vi no ensino médio (E2, 22 anos, 2025).

O ensino médio não me preparou pra Universidade, teve assuntos que foram cobrados no curso que a gente nunca viu no ensino médio, no começo foi difícil me adaptar, pensei que não iria dar conta, senti muita diferença do ensino médio para Universidade (E3, 21 anos, 2025).

Esses depoimentos reforçam que a desigualdade educacional é cumulativa, uma vez que os quilombolas enfrentam uma preparação escolar desigual, o que se repercute diretamente em sua adaptação às exigências acadêmicas. A persistência de dificuldades educacionais é um fator que marca não só a trajetória da população quilombola, mas também de outros estudantes em situação de vulnerabilidade. No entanto, no caso dos quilombolas, as condições de aprendizado inadequadas agravam ainda mais um quadro de exclusão enfrentado por esse grupo específico. Neste sentido, como aponta Feres Júnior et. al (2018), ao destacarem que a reserva de vagas constitui um avanço significativo, mas ainda assim, não é o suficiente para eliminar as barreiras estruturais encontradas nas etapas iniciais de adaptação acadêmica.

Além disso, emergem ainda os desafios pessoais e familiares, que tornam o tema permanência ainda mais complexo. O caso relatado pela participante E4 exemplifica as múltiplas dificuldades vivenciadas por mulheres quilombolas, especialmente quando atravessadas por maternidade e condições de vulnerabilidade social.

No início do curso eu tive algumas dificuldades porque eu estava grávida e foi logo durante a pandemia e eu não pude vir pra cá estudar, aí eu tranquei o curso em 2022 e continuei em 2023. Tive que mudar pra Bragança [...] Eu tenho dois filhos pequenos, era ruim pra mim vim pra cá com eles, aí às vezes eu tive que parar as disciplinas pra poder ficar com eles porque eu não poderia trazer eles pra cá, porque não tinha com quem deixar eles (E4, 26 anos, 2025).

Esse relato reforça que, além das barreiras acadêmicas e financeiras, existem aspectos relacionados ao gênero e às responsabilidades familiares que também interferem na realidade educacional.

Assim, constata-se que a trajetória dos estudantes quilombolas no ensino superior é marcada por múltiplos fatores de vulnerabilidade, os quais se sobrepõem e reforçam a exclusão histórica vivida por esses grupos. O ingresso, quando não acompanhado de políticas

robustas de suporte acadêmico, financeiro e psicossocial, tende a fragilizar a permanência, sobretudo nos períodos iniciais da formação.

3.3 Condições de permanência de estudantes quilombolas na UFPA

A política afirmativa de permanência estudantil refere-se às políticas e ações que garantem que estudantes, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, permaneçam em seus cursos e os concluam, promovendo, assim, maior inclusão social e educacional. O apoio prestado aos estudantes durante sua trajetória acadêmica é fundamental, pois tem o objetivo de reduzir os obstáculos que podem levar à evasão universitária (Freitas; Silva; Sampaio, 2023).

Esse conceito representa um elemento central no processo de democratização da educação superior no Brasil, que não se restringe apenas à expansão do número de matrículas, mas também envolve a criação de condições adequadas para que os estudantes concluam sua formação com qualidade. Nesse sentido, a permanência sustentável constitui um aspecto indispensável para a efetiva democratização do ensino superior (Sobrinho, 2010).

Além de contribuir para a democratização, a permanência estudantil atua na redução de desigualdades históricas, uma vez que reduz as barreiras enfrentadas pelos estudantes para permanecerem no espaço acadêmico. A realidade social e educacional brasileira, em muitos casos, opera como um mecanismo de exclusão. Nesse cenário, as políticas de ações afirmativas representam uma possibilidade de sucesso educacional, ainda que permeadas por inúmeros desafios.

O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas para ampliar o acesso e a permanência de grupos historicamente excluídos no ensino superior, com enfoque na redução das desigualdades educacionais (BRASIL, 2014). No âmbito institucional, a Política de Assistência Estudantil da UFPA passou a ser conduzida pela Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil (PROAES), criada em 2024 a partir da transformação da antiga Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST). Essa Pró-Reitoria tem como missão promover, executar e avaliar políticas de assistência e acessibilidade, assegurando inclusão, respeito à diversidade e a permanência com êxito dos discentes.

A Política Institucional de Assistência Estudantil e de Acessibilidade (PINAE), aprovada pela Resolução nº 828/2021, busca orientar, integrar e desenvolver programas e serviços que garantam aos estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica as condições necessárias para o acesso, a permanência e a conclusão da graduação. Tal política articula-se ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016-2025), ao Plano de

Promoção de Acessibilidade Física, ao Plano de Sustentabilidade e à legislação vigente, fundamentando-se em pilares como o direito à educação, a igualdade de condições, a justiça social e a promoção da acessibilidade (UFPA, 2024).

Entre os programas desenvolvidos, destaca-se o Programa Permanência, destinado a estudantes de cursos presenciais em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com a concessão de auxílios financeiros como moradia, creche e kit acadêmico, buscando contribuir para a permanência qualificada e o êxito acadêmico (UFPA, 2024). Contudo, a permanência estudantil nem sempre se efetiva de forma a garantir condições reais de continuidade para todos os grupos, em especial para a população quilombola.

[...] estudos apresentados evidenciam desafios na permanência com qualidade dos alunos e alunas quilombolas na UFPA. Entre os obstáculos para permanência destacam-se as restrições financeiras, a adequação as exigências curriculares das disciplinas, o deslocamento da comunidade para a universidade, a relação com alguns alunos e professores que questionam a legitimidade do PSE e os preconceitos vividos por serem alunos negros e quilombolas (Cunha, 2022, p.142).

Esses desafios demonstram que, para além do direito formal à educação, as instituições precisam assegurar condições concretas que possibilitem não apenas o ingresso, mas também a permanência com qualidade e dignidade no ensino superior. Portanto, a permanência estudantil deve ser compreendida não apenas como política institucional, mas como compromisso ético e social com a equidade na educação superior.

Para Gomes (2001), programas como cotas, bolsas de estudo, processos seletivos específicos e apoio acadêmico são essenciais para a promoção da inclusão e da diversidade no ensino superior, garantindo não apenas o acesso, mas também a permanência desses estudantes. Nesse sentido, observa-se que, embora programas como cotas, bolsas e processos seletivos específicos sejam fundamentais para viabilizar a permanência, a efetividade dessas políticas depende da articulação com medidas de suporte contínuo que considerem as especificidades dos estudantes quilombolas. Ou seja, o acesso por si só não garante a permanência: é necessário que a universidade reconheça as desigualdades históricas e sociais enfrentadas por esses estudantes, oferecendo condições que permitam que eles não apenas ingressem, mas se mantenham e se desenvolvam no ensino superior.

As falas dos estudantes quilombolas e as condições de permanência nos Cursos de Graduação da UFPA indicam que a trajetória universitária é atravessada por múltiplas demandas que extrapolam o âmbito acadêmico. Como aponta Bardin (2011), a análise de conteúdo permite identificar, a partir dos discursos, eixos que se repetem e revelam

significados sociais mais amplos. Nesse sentido, emergiram nesta categoria aspectos ligados a barreiras geográficas e financeiras, uma vez que as comunidades quilombolas, em sua maioria, estão localizadas em áreas rurais, resultando em dificuldade de locomoção e custos adicionais como moradia e transporte.

Como meu curso é a noite eu vim morar na casa da minha tia, até porque não tinha como vim do interior pra cá a noite, depois eu fui morar com a minha prima, esse ano eu mudei e tô morando com uma colega, no caso eu tive que me mudar, e agora pagar aluguel pra conseguir estudar (E3, 21 anos, 2025).

Eu sou do interior, ficava um pouco distante para mim ir e voltar todos os dias, e eu também não tinha condições até então de alugar uma casa para ficar mais perto da universidade (E2, 22 anos, 2025).

As falas de estudantes quilombolas apontam que a distância geográfica e os custos associados a transporte e moradia de fato representam entraves significativos às condições de permanência. Nesse sentido, Gomes (2001) aponta que a permanência só é realmente viável e eficaz quando há suporte institucional capaz de reconhecer as especificidades dos estudantes quilombolas. Assim, compreende-se que a permanência não depende apenas da vontade individual, mas de condições estruturais que a universidade precisa oferecer já nos períodos iniciais do curso.

As dificuldades relatadas nos levam a refletir sobre o risco de evasão universitária, já que a vulnerabilidade socioeconômica torna a permanência instável diante de obstáculos cotidianos. Uma estudante quilombola, ao ser questionada sobre essa possibilidade de permanecer no Curso de Graduação, relatou:

A minha permanência foi um desafio porque logo quando eu entrei eu não tinha suporte pra me manter aqui [...] várias vezes eu já pensei em desistir porque pra mim é difícil eu ficar aqui longe da minha família [...] tive que me mudar da minha comunidade e moro aqui de aluguel com a minha prima (E4, 26 anos, 2025).

Essa fala reforça que a permanência se torna ainda mais frágil para mulheres, mães e estudantes que vêm de comunidades distantes, que enfrentam desafios múltiplos e nem sempre encontram apoio institucional diante de suas especificidades.

Observa-se que a permanência é permeada majoritariamente por obstáculos financeiros, exigindo dos estudantes esforço adicional para superação dessa dificuldade, como relata um dos entrevistados “No começo tive muita dificuldade financeira, porque eu não tinha bolsa pra me manter na universidade, então eu tinha que arcar com transporte e alimentação” (E1, 22 anos, 2025), a fala evidencia que o desafio principal dos estudantes está

nos primeiros semestres da graduação, período em que ainda não são assistidos por bolsas e auxílios financeiros. O entrevistado também destaca as dificuldades acadêmicas enfrentadas “Eu já pensei em desistir porque eu peguei uma disciplina muito pesada e não entendia quase nada, e quando eu repeti uma disciplina difícil eu pensei em desistir” (E1, 22 anos, 2025). O relato mostra que a permanência envolve também adaptação acadêmica e suporte pedagógico, elementos essenciais para reduzir o risco de evasão.

Nesse contexto, a evasão não pode ser compreendida apenas como um fenômeno estatístico, mas como expressão de uma exclusão histórica que permanece dentro da universidade diante da insuficiência de políticas institucionais.

Dessa forma, fica evidente que, sem suporte financeiro, logístico e pedagógico, os obstáculos enfrentados podem levar ao abandono do curso, mesmo quando o ingresso foi garantido pelas políticas de ações afirmativas. A permanência, para além de acesso, deve proporcionar inclusão e acolhimento das especificidades dos estudantes quilombolas, de modo a efetivar o direito à educação superior com igualdade.

3.4 Impacto das políticas de ações afirmativas

Os (as) estudantes quilombolas reconhecem a importância das cotas, das bolsas e dos auxílios na concretização do direito de acesso ao Ensino Superior. Eles (a) afirmam que ingressaram nos Cursos de Graduação da UFPA por meio das Políticas de Ações Afirmativas como o Processo Seletivo Especial, que é direcionado às pessoas Indígenas e Quilombolas, e a permanência foi viabilizada pelo Programa Bolsa Permanência do MEC (PBP/MEC), política pública destinada à concessão de auxílio financeiro a estudantes indígenas e quilombolas em situação de vulnerabilidade socioeconômica (UFPA, 2024).

Antes de conseguir a bolsa PBP MEC eu recebi cinco meses de auxílio permanência. Depois eu consegui a bolsa do MEC. Os auxílios são muito importantes e fundamentais pra gente conseguir ficar no curso (E3, 21 anos, 2025).

Meus pais me auxiliaram em tudo relacionado aos gastos da universidade quando eu não tinha bolsa [...] hoje eu já recebo a bolsa e ela me auxilia muito, é muito boa, me ajudou nas questões de despesas financeiras, pagar alimentação, aluguel (E2, 22 anos, 2025).

A relevância da bolsa se manifesta como elemento estruturante da permanência, sobretudo ao possibilitar o custeio de despesas básicas como transporte e alimentação.

A bolsa me ajuda muito pra me manter na universidade, na questão de transporte, pagar passagem quase todo dia, alimentação. Se não fosse esse

auxílio eu já teria desistido porque os gastos são grandes e eu não ia ter como sustentar por muito tempo (E1, 22 anos, 2025).

Já participei do auxílio moradia e permanência e eles foram ótimos. Estou aqui por causa deles, hoje eu recebo a bolsa MEC [...] através dela eu consigo me manter na cidade e fazer meu curso (E4, 26 anos, 2025).

Essas falas revelam que o apoio financeiro não se restringe a um benefício complementar, mas constitui condição de sobrevivência acadêmica. A ausência da bolsa, como destacam os (as) discentes quilombolas, significaria a interrupção da trajetória universitária. Nesse ponto, é possível identificar que as políticas de ações afirmativas cumprem papel compensatório e reparador, buscando minimizar desigualdades que, sem esse suporte, resultam em evasão.

Além do aspecto financeiro, as ações afirmativas também se mostram fundamentais para o acesso à universidade. Como relatou um dos participantes entrevistados “Eu entrei na universidade pelo PSE e foi a realização de um grande sonho” (E2, 22 anos 2025). O ingresso pelo sistema de cotas, nesse sentido, não apenas garante o direito constitucional à educação superior, mas também representa um reconhecimento da identidade quilombola dentro da instituição. Como aponta Gomes (2001), as ações afirmativas configuram-se como instrumentos indispensáveis para a justiça social, ao mesmo tempo em que reforçam a visibilidade e a afirmação indenitária no espaço acadêmico.

Assim, constata-se que as políticas de ações afirmativas exercem impacto decisivo na vida dos estudantes quilombolas, possibilitando tanto o acesso quanto a permanência no ensino superior. Contudo, os relatos também evidenciam que, embora o PBP/MEC seja percebido como essencial para sustentar a permanência, o período anterior à concessão da bolsa é marcado por forte vulnerabilidade, em que os estudantes precisaram enfrentar custos de transporte, alimentação e moradia sem suporte institucional imediato a sua necessidade, ressaltando aspectos que a serem aprimorados no programa.

3.5 Lacunas e necessidades de aprimoramento das políticas de ações afirmativas (PBP/MEC)

A desigualdade de acesso ao Ensino Superior é uma realidade do Estado brasileiro, que ora avança, mas ora é negado, sobretudo, no governo passado. O ingresso no Ensino Superior representa, muitas vezes, uma oportunidade de mudança de realidade. No entanto, também configura um grande desafio, uma vez que a maioria dos estudantes quilombolas não foi devidamente preparada, ao longo de sua formação acadêmica, para adentrar o ambiente

universitário. De acordo com os Princípios e Diretrizes para a Construção de uma Lei Orgânica para o Ensino Superior Brasileiro:

A educação, como direito subjetivo, é um elemento de transformação pessoal e de participação na cidadania, devendo ser acessível a todos, em todas as fases da vida, constituindo-se em fator de justiça social, oferecendo equidade de oportunidades a todos os cidadãos, contribuindo para a redução das desigualdades regionais, sociais e étnico-culturais (Brasil, 2004, p. 13-14).

O acesso à educação ainda é marcado por lastros de desigualdade social, sobretudo quando se trata das classes populares e de grupos historicamente marginalizados. Essa realidade evidencia a importância da implementação de políticas públicas que visem garantir o acesso e a permanência desses sujeitos historicamente excluídos.

De acordo com Censo de 2022, o Brasil contabilizou 1.015.034 pessoas quilombolas com 15 anos ou mais, que vivem tanto dentro quanto fora de territórios oficialmente delimitados. Desse total, 81,01% (822.319 indivíduos) eram alfabetizados, enquanto 18,99% (192.715 indivíduos) permaneciam em situação de analfabetismo. Nos territórios quilombolas reconhecidos oficialmente, a taxa de alfabetização foi de 80,25%, índice inferior tanto à média geral da população quilombola (81,01%) quanto à taxa da população brasileira na mesma faixa etária (93,0%). Considerando as Grandes Regiões, os maiores índices de alfabetização entre a população quilombola foram registrados no Sul (89,96%), no Norte (87,45%) e no Centro-Oeste (86,56%), enquanto os menores percentuais foram observados no Nordeste (78,40%) e no Sudeste (85,32%) (IBGE, 2024).

Esses dados revelam que, apesar de avanços legais e políticos no campo educacional, a população quilombola ainda enfrenta barreiras estruturais que limitam o acesso pleno à escolarização. A diferença em relação à média nacional, assim como as disparidades regionais e territoriais, evidencia a persistência de desigualdades históricas e a insuficiência de políticas públicas capazes de assegurar condições equitativas de aprendizagem e permanência escolar.

Nesse cenário, a atuação da Universidade Federal do Pará (UFPA) assume papel central, especialmente por sua inserção na Região Norte, onde se concentram expressivos contingentes da população quilombola. A presença desses estudantes na UFPA representa um avanço no processo de democratização do ensino superior e na reparação das desigualdades históricas, mas também revela o desafio de garantir políticas institucionais eficazes de permanência. Assim, mais do que ampliar o acesso, torna-se necessário que a universidade consolide práticas pedagógicas e programas de apoio que contribuam para elevar os índices educacionais da população quilombola e fortalecer sua presença no espaço acadêmico.

Apesar dos avanços possibilitados pelas políticas de ações afirmativas e pelos programas de permanência, as falas dos estudantes evidenciam que, para além do acesso garantido pelas cotas e auxílios financeiros, a permanência desses estudantes quilombolas é atravessada por entraves estruturais que a própria política pública ainda não conseguiu sanar. A burocracia documental e a demora na concessão da PBP/MEC, por exemplo, revelam como a lentidão institucional do programa pode comprometer a permanência, obrigando os discentes a enfrentar longos períodos sem recursos mínimos de subsistência. A respeito da burocracia e a demora na liberação das bolsas, as falas de estudantes quilombolas destacam, que:

Eles solicitam muitos documentos em pouco tempo, eu fiquei muito nervosa porque tinha que providenciar e enviar os documentos dentro da data. [...], Eu acho que isso deveria ser revisto, porque conseguir os documentos é muito burocrático, e, o tempo é curto (E2, 22 anos, 2025).

Acho que o tempo pra concessão dos auxílios poderia ser menor, porque demora muito até a gente conseguir a bolsa, pra eu conseguir a minha precisei esperar mais de um ano (E1, 22 anos, 2025).

A bolsa PBP traz mais estabilidade em relação à questão financeira [...] mas a questão dos documentos é um pouco complicada, eles exigiram umas declarações que eu quase não consegui, tive que correr atrás no banco pra providenciar (E3, 21 anos, 2025)

Pra se inscrever eles pedem muitos documentos e às vezes a gente fica perdido porque não tem uma boa orientação, desde lá da comunidade, por que é exigido declarações e não temos um esclarecimento sobre isso, eu fiquei perdida quanto a isso [...] é um pouco demorado pra conseguir o auxílio, acho o tempo longo (E4, 26 anos, 2025).

Além disso, os participantes apontaram áreas em que o suporte institucional se mostra insuficiente ou poderia ser aprimorado. Nesse contexto, os participantes apontaram questões relacionadas a reforço acadêmico, transporte, moradia e outros benefícios, evidenciando diferentes dimensões do suporte que a universidade pode oferecer.

Uma das demandas enfatizadas foi a falta de apoio acadêmico como reforço nas disciplinas consideradas difíceis, o que indica que a universidade ainda opera sob um modelo de caráter homogeneizador, que de certa maneira desconsidera a trajetória formativa dos quilombolas marcadas por lacunas herdadas do ensino básico, perpetuando desigualdades históricas. Sobre a necessidade de suporte acadêmico mais efetivo por parte da instituição, os entrevistados enfatizam:

Seria fundamental um reforço, porque tem muita gente que precisa, inclusive muitas pessoas desistem no início por achar que não vão dar conta, uma amiga minha desistiu por conta dos conhecimentos acadêmicos que ela não tinha e por não saber mexer com a tecnologia (E3, 21 anos, 2025).

Seria muito útil um apoio acadêmico extra, eu senti dificuldade no início e muitas pessoas também sentem, na minha sala muitas pessoas desistiram por conta de dificuldades acadêmicas do curso, porque não sabiam coisas básicas que deveriam ter aprendido na escola, então um suporte seria importante (E2, 22 anos, 2005).

Além disso, emergiu entre os participantes a reivindicação pelo acesso à moradia e transporte, a distância geográfica entre a universidade e os territórios quilombolas aponta para um projeto educacional que continua a exigir o deslocamento do estudante, sem pensar em estratégias de aproximação institucional com as comunidades.

Poderia ser oferecido um transporte pra trazer os alunos das comunidades para a universidade, seria menos pesado eu acho, e assim não seria necessário deixar a comunidade pra morar na cidade (E1, 22 anos, 2025).

Acho que a Universidade poderia dar um apoio em relação a moradia, porque quem vem de outro município muita das vezes não tem onde ficar, a gente acaba passando por dificuldade pra arrumar um canto aqui (E4, 26 anos, 2025)

Essas falas de discentes quilombolas evidenciam, que embora as políticas de ações afirmativas tenham ampliado o acesso e oferecido suporte financeiro, ainda há lacunas significativas relacionadas ao campo burocrático, à ausência de apoio acadêmico estruturado e às dificuldades logísticas. Assim, esses discursos corroboram para o entendimento posto por Munanga (2003) que problematiza sobre o caráter parcial das ações afirmativas, que são indispensáveis para corrigir desigualdades históricas, todavia, não são suficientes por si mesmas.

Para Munanga (2003), as Políticas de Ações Afirmativas precisam ser constantemente aprimoradas e articuladas a outras iniciativas institucionais que assegurem condições reais de permanência e êxito acadêmico. Assim, as falas dos estudantes quilombolas evidenciam que, além do auxílio financeiro, é necessário o enfrentamento da burocracia, a oferta de apoio pedagógico e a garantia de condições logísticas, como o transporte, para que o direito de acesso e permanência no Ensino Superior seja assegurado de forma equânime.

Contudo, problematizar as políticas de ações afirmativas implica reconhecer que, embora representem conquistas históricas para os grupos racialmente e socialmente marginalizados, ainda operam dentro de um modelo institucional que tende a reproduzir

desigualdades estruturais. A ênfase na dimensão compensatória — centrada em auxílios e bolsas — não é acompanhada, muitas vezes, de uma transformação efetiva nas práticas pedagógicas e nas estruturas universitárias. Na UFPA, observa-se que os programas de permanência ainda funcionam de forma fragmentada, sem articulação direta com ações de reforço acadêmico, acompanhamento psicossocial e valorização das identidades quilombolas.

Assim, é fundamental que a universidade avance para além de uma política de “inclusão quantitativa” e assuma uma perspectiva qualitativamente transformadora, capaz de repensar seus próprios currículos, metodologias e formas de acolhimento. As políticas de ações afirmativas precisam ser compreendidas não apenas como mecanismos de acesso e compensação, mas como instrumentos estruturantes de justiça educacional, orientados pela equidade e pela valorização da diversidade étnico-racial.

4 CONCLUSÃO

A análise das trajetórias dos estudantes quilombolas nos cursos de graduação da UFPA evidencia que o ingresso no ensino superior, embora simbólica e coletivamente relevante, não garante a permanência nem a equidade de condições acadêmicas. As dificuldades enfrentadas pelos discentes – acadêmicas, financeiras, logísticas e familiares – não são apenas desafios individuais, mas reflexos de desigualdades estruturais históricas que atravessam a educação básica e se perpetuam no ensino superior. Esse panorama revela que a inclusão formal, por meio de políticas de ações afirmativas, é condição necessária, mas insuficiente, para assegurar uma participação plena e qualificada desses estudantes.

Os programas de bolsas e auxílios, como o PBP/MEC, mostraram-se instrumentos centrais para a sustentação financeira e social dos discentes, configurando-se como elementos de reparação histórica e de promoção da justiça social. No entanto, a análise crítica das falas dos estudantes evidencia que a eficácia desses programas é limitada por problemas burocráticos, demora na concessão dos benefícios e falta de suporte acadêmico complementar, especialmente nos primeiros semestres. Esses fatores tornam a permanência frágil e reforçam que a política pública precisa ir além do acesso formal, considerando também o acompanhamento pedagógico, logístico e psicossocial.

Outro ponto relevante refere-se à necessidade de políticas institucionais que reconheçam as especificidades culturais e geográficas da população quilombola. A distância entre os territórios de origem e a universidade, aliada às responsabilidades familiares, particularmente para estudantes mulheres, evidencia lacunas na organização do suporte institucional. Sem medidas estruturais que reduzam esses obstáculos, como transporte, moradia e reforço acadêmico, a permanência e o êxito acadêmico continuam comprometidos, independentemente da disponibilidade de bolsas.

Enquanto estudante e pesquisadora, compreender essas realidades me permitiu perceber que a presença quilombola na universidade é também um ato de resistência e de reexistência. As vozes que ecoaram nesta pesquisa reafirmam a importância de ocupar esses espaços, mas também denunciam o cansaço de lutar sozinhos por direitos que deveriam ser garantidos institucionalmente. É preciso que a universidade, enquanto espaço público e plural, reconheça suas limitações e se repense constantemente.

Rever as próprias políticas de permanência implica assumir um compromisso efetivo com a equidade, ampliando o diálogo com os estudantes quilombolas e criando estratégias pedagógicas e administrativas que contemplem suas realidades. Isso inclui fortalecer a atuação da DAEST e de programas específicos de apoio, investir em formação docente voltada à diversidade étnico-racial e construir espaços de escuta e participação ativa desses estudantes nas decisões institucionais.

Conclui-se, portanto, que a efetiva democratização do ensino superior exige uma articulação entre políticas de acesso, assistência estudantil e estratégias pedagógicas inclusivas, que considerem as desigualdades históricas e as demandas específicas dos quilombolas. O desafio não é apenas garantir a entrada, mas criar condições de permanência sustentável, promovendo inclusão, valorização da

identidade cultural e redução das desigualdades sociais e educacionais. Mais do que um encerramento, esta pesquisa representa um convite à reflexão e à continuidade da luta por uma universidade que não apenas acolha, mas que permaneça com seus estudantes quilombolas, reconhecendo neles sujeitos de conhecimento e transformação.

REFERÊNCIAS

- ADUFPA. **Reforma da educação superior ou destruição da universidade pública?** Belém: Adufpa, 2004. (Caderno Adufpa).
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Art. 206, I. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 19 set. 2025.
- BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das comunidades remanescentes de quilombos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm . Acesso em: 15 set. 2025.
- BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm . Acesso em: 06 ago. 2025.
- BRASIL. Governo Federal. Obter bolsa do Programa de Bolsa Permanência. Brasília, DF: gov.br, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-bolsa-do-programa-de-bolsa-permanencia> . Acesso em: 22 set. 2025.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, reservando vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, com prioridade para estudantes de baixa renda, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm . Acesso em: 10 set. 2025.
- BRASIL. Lei nº 14.914, de 5 de abril de 2024. Torna o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES uma política nacional permanente e consolida suas diretrizes. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 abr. 2024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2024/2024/lei/L14914.htm . Acesso em: 06 ago. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 39, de 8 de janeiro de 2007. Cria o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 jan. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/portaria/mec/39.htm . Acesso em: 06 ago. 2025.
- BRASIL. Universidade Federal do Pará. Resolução nº 3.361, de 17 de maio de 2005. Estabelece critérios para o ingresso de estudantes pretos e pardos no âmbito da política de

ações afirmativas da UFPA. Belém: UFPA, 2005. Disponível em: <https://www.ufpa.br/resolucoes>. Acesso em: 10 set. 2025.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CUNHA, Débora Alfaia da. “**Nossos conhecimentos não são respeitados e nem valorizados**”: por uma nova episteme para a educação de alunos quilombolas na Universidade Federal do Pará. Revista Educação e Políticas em Debate, Uberlândia, v. 11, n. 1, p. 292–311, jan./abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v11n1a2022-64249>.

DENZIN, Norman K. **A Lei da Pesquisa: Uma introdução teórica aos métodos sociológicos**. 3. ed. Chicago: Aldine Publishing Company, 1970.

FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A.; DAFLON, V. T.; VENTURINI, A. C. História da ação afirmativa no Brasil. In: Ação afirmativa: conceito, história e debates [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, p. 65-89. ISBN: 978-65-990364-7-7. <https://doi.org/10.7476/9786599036477.0006>.

FREITAS E SILVA, Polyana Tenório de; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 57, n. 6, p. 1511-1533, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/XcTGnqJTkq9wdJZZ4PpwqFd/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2025.

GASPAR, Lúcia; BARBOSA, Virgínia. **Ações afirmativas e políticas de cotas no Brasil: uma bibliografia, 1999-2012**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2013.

GOMES, F. S. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GOMES, J. B. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Educação para a igualdade racial: reflexão e propostas de formação de professores**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. O Brasil Quilombola. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/brasil-quilombola/Brasil_Quilombola.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Ingresso por cotas aumentou 167% nas universidades. Brasília, 20 jan. 2023. Atualizado em: 30 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-da-educacao-superior/ingresso-por-cotas-aumentou-167-nas-universidades>. Acesso em: 14 ago. 2025.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMff/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2025.

MOEHLECKE, S. **Ação afirmativa: história e debates no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 197-217, 2002.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 334 P. 334.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. In: Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_PoliticadeAcaoAfirmativaEmBeneficioDaPopulacaoNegraNoBrasilUmPontoDeVistaEmDefesaDeCotas.pdf . Acesso em: 12 ago. 2025.

NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo: documentos de uma militância Pan-Africanista**. 3. ed. ver. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

PARÁ. Instituto de Terras do Pará – ITERPA. Quilombolas: áreas tituladas e em processo de regularização. Belém, 2022. Disponível em: <http://www.iterpa.pa.gov.br> . Acesso em: 15 ago. 2025.

PALMARES, Fundação. Legislação e Regimento da FCP, Gabinete do Ministro Portaria nº 68, de 18 de setembro de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). Pró-Reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil (PROAES). Edital nº 05/2024/PROAES: Programa Bolsa Permanência – PBP. Belém, 2024. Disponível em: <https://sig aest.ufpa.br/> . Acesso em: 09 ago. 2025.

UFPA – Universidade Federal do Pará. Relatório de Gestão 2024. Belém, 2025. Disponível em: <https://ufpa.br/relatorio-de-gestao-da-ufpa/> . Acesso em: 14 ago. 2025.

UFPA – Universidade Federal do Pará. Superintendência de Assistência Estudantil. Disponível em: <https://www.saest.ufpa.br> . Acesso em: 15 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). Centro de Processos Seletivos (CEPS). Ações afirmativas: sistema de cotas – estudantes indígenas e quilombolas. Belém: UFPA, 2024. Disponível em: https://www.ceps.ufpa.br/images/conteudo/institucional/ceps-em-numeros/AcoesAfirmativas-SistemaCotas_UFPA.pdf . Acesso em: 14 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). Políticas de ações afirmativas: cotas raciais, Cota Renda, Cota PcD e Processo Seletivo Especial para Indígenas e Quilombolas (PSE I/Q). Belém: UFPA, 2024. Disponível em: <https://www.ufpa.br/proaes/politicas-de-acoes-afirmativas> . Acesso em: 10 set. 2025.

ANEXOS

APÊNDICE- A



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA**

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Pesquisa: Ações afirmativas e permanência quilombola: Desafios e experiências no campus de UFPA em Bragança

Coordenador/Orientadora: Professora Dr^a Ana Paula Vieira e Souza.

Pesquisador: Gizele da Costa Ribeiro

1. Natureza da pesquisa: A/o senhora/o é convidada/o a participar da pesquisa da Linha de investigação sobre políticas de ações afirmativas com foco específico na análise das condições de acesso e permanência de estudantes quilombolas no ensino superior, bem como na identificação dos desafios enfrentados e das estratégias institucionais de apoio, como os programas de assistência estudantil, que tem como finalidade analisar suas experiências de permanência estudantil no contexto do Campus universitário de Bragança.

O objetivo principal da nossa pesquisa é o de analisar através das falas de discentes quilombolas suas experiências e a contribuição das políticas de ações afirmativas e de permanência da UFPA para sua continuidade na universidade.

Para a realização desta pesquisa é necessário produzir dados a partir da participação de discentes quilombolas, os interlocutores desse processo dialógico. Para tal, será utilizado entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados.

2. Participantes da pesquisa

Serão interlocutores na pesquisa os discentes dos cursos de Pedagogia, Ciências Biológicas, Matemática e Letras – Português do Campus de Bragança, matriculados a pelo menos 2 semestres.

3. Envolvimento na pesquisa

A participação dos discentes consistirá em conceder uma entrevista semiestruturada, na qual poderão relatar suas experiências relacionadas ao ingresso e à permanência na universidade, bem como suas percepções sobre as políticas de ações afirmativas e os programas institucionais de apoio. A entrevista será realizada em local previamente combinado, terá duração aproximada de 25 minutos e será gravada apenas para fins de registro e análise, com garantia de sigilo e anonimato. A participação é voluntária, e o (a) discente poderá se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo acadêmico. Poderá entrar em contato com a Coordenadora da pesquisa, responsável pelo estudo e pelos bolsistas pesquisadores, pelo telefone **98145-1011 (ANA PAULA SOUZA/UFPA)**.

4. Sobre a geração dos dados: as entrevistas serão conduzidas em espaços da própria instituição (UFPA), previamente combinados com os participantes, de modo a garantir conforto, acessibilidade e privacidade. Este instrumento foi escolhido por possibilitar a coleta

de informações em profundidade, permitindo que os interlocutores expressem suas experiências e percepções acerca do ingresso e da permanência no ensino superior.

5. Riscos e desconforto: A participação nesta pesquisa não causa aos discentes nenhum problema físico, psicológico, nem de constrangimento. A participação na pesquisa não coloca os discentes em situação de risco, uma vez que eles estarão no momento de interação dialógica com as pesquisadoras/es e no âmbito da instituição de ensino.

6. Confidencialidade: Todas as informações geradas nesta pesquisa são estritamente para fins acadêmicos e científicos, por esse motivo a identificação de cada discente depende do seu aceite e da assinatura deste documento.

O discente pode escolher a forma de ser identificada na pesquisa, se deseja ser apresentada pelo primeiro, último nome ou nome fictício. Esclarecemos, ainda, que os resultados gerados nesta pesquisa serão sempre divulgados no meio científico e acadêmico.

7. Benefícios: Ao participar desta pesquisa você não receberá nenhum benefício direto, como compensações pessoais ou financeiras relacionadas à autorização concedida. Todavia, desejamos que os resultados da pesquisa possam contribuir para dar visibilidade às experiências e desafios vividos pelos estudantes quilombolas no ensino superior. Além disso, os achados poderão subsidiar reflexões e propostas de aprimoramento das políticas institucionais de acesso e permanência, beneficiando futuras gerações de estudantes.

8. Pagamento: Os discentes **não terão nenhum tipo de despesa** por participar desta pesquisa. **E nada será pago** por sua participação.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse em autorizar a minha participação na pesquisa.

Gizele da Costa Ribeiro

(Pesquisador Responsável-Graduanda em Pedagogia)

Campus Universitário de Bragança, Rua Leandro Ribeiro, Aldeia

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, que me sinto suficientemente esclarecido (a) em relação ao conteúdo dela, bem como aos seus objetivos, riscos e benefícios. Declaro ainda que, por minha livre vontade, concordo em participar deste estudo, contribuindo com a geração de dados por meio de entrevista semiestruturada, a ser realizada na Universidade Federal do Pará (UFPA), em local previamente acordado. Estou ciente de que minha participação é voluntária, que posso desistir a qualquer momento sem sofrer qualquer prejuízo, e que minhas falas serão mantidas em sigilo, sendo utilizadas apenas para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura do Participante

Local e Data

Assinatura do Pesquisador

Local e Data